

# **Apontamentos para uma Discussão sobre as Estratégias do MST para o Agendamento Midiático\***

---

*Paula Reis Melo*

Doutoranda UNISINOS/UNL

Professora licenciada da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP)

## *Resumo:*

Este artigo aborda as estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Brasil, para o agendamento midiático, na perspectiva da teoria dos campos sociais. A notícia é resultado de uma construção coletiva do embate entre a fonte MST, proveniente do campo político, e o campo midiático. De fonte protagonista dos acontecimentos de conflito, o MST procura agir de modo a ampliar o seu lugar de fala para fonte interpretadora, num jogo de estratégias e táticas imprevisível quanto aos efeitos de sentido.

## *Palavras-chave:*

Agendamento Midiático; Jornalismo; Noticiabilidade; Fontes Jornalísticas; MST.

## **Introdução**

Visibilizado na/ pela mídia brasileira desde meados dos anos 80, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) conquistou capital simbólico e se tornou fonte de informação jornalística tendo sido publicizado quase diariamente. Como fonte, o MST maneja estratégias e operações para agendar a mídia,

\* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

numa interação permeada por tensões geradas por interesses e, principalmente, lógicas de funcionamento diferentes de cada um dos campos sociais envolvidos. Sabemos que as fontes desempenham papel fundamental na produção noticiosa, sem as quais o jornalista não conseguiria sequer iniciar a sua rotina de trabalho. Independentemente do segmento social do qual fazem parte, as fontes “não são desinteressadas”, no dizer de Nelson Traquina (1999: 172) e estas possuem outra lógica de funcionamento que não é a mesma do campo jornalístico.

Ao tomar a iniciativa de procurar os jornalistas, a fonte sempre busca visibilidade midiática, o que nem sempre é possível, já que sua pauta pode não coincidir com o status de informação “atual” ou de “interesse público”. Contudo, o grau de midiaticização da sociedade contemporânea impõe uma nova forma de pensar que faz com que as fontes atuem junto ao campo midiático. A relação entre jornalistas e fontes é sempre dinâmica, no mais das vezes, tensa e conflituosa e, no caso em estudo, há um jogo de estratégias num contexto de disputa pela definição da referência de realidade: enquanto o MST busca ter controle sobre a própria imagem, o campo midiático, manter sua autonomia e legitimidade na produção da notícia. O MST visa a ampliar o seu lugar de fala de fonte protagonista dos acontecimentos para fonte interpretadora.

Nossa hipótese é de que o agendamento midiático não é apenas uma decisão autônoma do próprio campo, mas um processo de negociação com as fontes ou até mesmo de atuação destas junto ao campo midiático, nos termos de um enfrentamento de lógicas de funcionamento. Algumas fontes se ajustam aos modos habituais controlados pelo padrão jornalístico, já a fonte MST tenta impor a pauta, produzir sentido através da produção noticiosa, buscando direcionar a mídia para os seus interesses. Este processo de negociação vai desde uma dimensão de forte domínio do campo jornalístico sobre a fonte, passando por uma gradação marcada por tensões, até chegar a uma predominância dos interesses da fonte na produção da notícia.

Este texto faz parte da pesquisa de doutoramento, que se encontra em andamento, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) na área de concentração “Processos Midiáticos”, atualmente com realização de estágio doutoral na Universidade Nova de Lisboa.

## **1. As Características da fonte MST**

O MST se apresenta ao campo jornalístico como uma “tendência minoritária” enquanto grupo organizado na sociedade, pois se trata de um movimento social que reivindica a realização da reforma agrária como um meio para diminuir as desigualdades sociais no Brasil visando a uma sociedade socialista. Um dos principais dirigentes do MST, João Pedro Stédile, afirma: “A burguesia,

com todo seu poder de mídia, seu aparato ideológico, conseguiu associar o socialismo com o atraso, com o subdesenvolvimento, com um sistema ultrapassado. [...] Contra essa maré, continuamos defendendo os ideais socialistas. Fracassou um modelo, mas continuamos convictos de que o socialismo, em relação ao capitalismo, significa um avanço para a humanidade” (Stedile e Fernandes, 1999: 89).

Apesar da reforma agrária ser a principal reivindicação do Movimento, ou a reivindicação mais imediata, é importante sublinharmos a abrangência do seu discurso ao se referir a um projeto popular para o Brasil. Como diz Antonio Carlos Machado Guimarães (2001: 104-107), a fala do MST tanto se situa no cenário restrito, isto é, no embate diretamente com os latifundiários e o governo no que tange aos problemas específicos da execução da reforma agrária, quanto num cenário mais amplo, envolvendo toda a sociedade ao falar de um lugar de “cidadão” acerca de um projeto popular para o Brasil. Não é à toa que, num contexto de refluxo dos movimentos sociais nos anos 90, o MST aparece como um movimento amplo em torno do qual se unem diversas correntes de pensamentos, por vezes discordantes entre si, mas unidas pela idéia de oposição ao governo, porque se sentem identificadas por aquele discurso reivindicatório em torno da cidadania. Com isso, o MST ultrapassou o limite do seu público mais direto (os trabalhadores rurais) para falar ao grande público, via mídia.

Ao captarmos o Movimento como fonte de informação jornalística, o que nos interessa é descrevê-lo nesta condição para que possamos compreender o seu modo de ser fonte e as estratégias para agendar a mídia. O MST se origina da reivindicação de direitos básicos arregimentando indivíduos excluídos da sociedade que, mesmo organizados, não detêm nenhuma “informação precisa ou especializada”, no dizer de Stuart Hall e outros autores (1999: 229). A sua acessibilidade mais freqüente à mídia se dá pela realização de ocorrências que apresentam status de noticiável. São elas: ocupação/invasão de propriedades rurais privadas ou públicas improdutivas (que não estão a produzir e, portanto, não estão a cumprir sua função social, conforme a Constituição Brasileira), de prédios públicos, como a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão federal responsável pela execução da reforma agrária; realização de caminhadas e/ou marchas nas auto-estradas e dentro das cidades até as sedes dos governos; bloqueio de pedágios e interrupção de trânsito; saques a caminhões carregados de produtos alimentícios e a armazéns de abastecimento, entre outras atividades que geram notícia e “rendem” imagem, principalmente pelo impacto e conflito “em potencial”.

Por protagonizar atos de protestos considerados “fora da lei” ou pela ameaça de suas ações através de declarações na imprensa, o MST acabou se convertendo em fonte potencial geradora de matéria-prima cara à produção noticiosa:

o conflito, pois seu acesso à mídia percorre, na maior parte das vezes, um caminho “marginal”.

O MST é uma organização que pressiona o governo federal, negocia com este a reforma agrária, como consequência direta de suas ações, e participa de programas governamentais de assentamento das famílias agricultoras. Além disso, através da fundação de centros de estudos e de formação profissional, tem conseguido realizar convênios com algumas universidades públicas para a criação de cursos para seus integrantes. Isto significa que para o campo jornalístico, o Movimento também aparece como uma fonte institucionalizada (a exemplo de notícias sobre assinaturas de convênios com o governo), entretanto, ainda neste caso é protagonista do acontecimento, ou seja, como parte envolvida/beneficiária. Estas características mostram a ambigüidade dessa fonte, sendo um desafio constante para a imprensa.

O agir político do Movimento se dá de acordo com a conjuntura política e o grupo que está no governo. Por isso, não é somente e sempre fonte de oposição ao governo. Na atual conjuntura, por ser o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais ligado aos movimentos sociais, a relação com o governo tem sido de diálogo, o que não significa que o MST tenha interrompido as ações de pressão ao governo. Mesmo tendo apoiado, em 2002, a candidatura do Presidente Lula da Silva, o MST mantém autonomia e independência frente ao governo e tem realizado marchas, ocupações, bloqueio de pedágios, enfim, todas as ações de protesto e mobilização que desenvolveu ao longo de sua existência. Dependendo da conjuntura, o MST adota ações com mais crítica e pressão, quando o processo da reforma agrária está quase parado ou, nem tanto, chegando a uma situação de apoio ao governo, quando entende que deve ser o limite da pressão política.

Como vemos, o MST apresenta diversas nuances no seu agir político que vai desde um perfil reivindicatório, de contestação e de confrontação, até um perfil, digamos, mais institucional, por estar ligado a cooperativas de produção agrícola e centros de formação pedagógica, escolas e universidades. O seu agir político afeta o campo midiático cuja cobertura jornalística depende também da sua tomada de posição. Antonio Albino Rubim destaca que há uma dependência recíproca entre política e mídia e afirma: “sem realizar sua visibilidade, a mídia termina por perder credibilidade, lastro basilar de seu funcionamento” (Rubim, 2000: 71). Daí estar o campo jornalístico em permanente vigilância do campo político. Nelson Traquina (2000: 22) enfatiza que “no contexto da comunicação política, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político”. Na mesma opinião, Patrick Champagne (1996: 235) destaca que ambos os campos mantêm relações de interdependência muito complexas. Ao mesmo tempo em

que o campo jornalístico impõe uma hierarquia de acontecimentos ao campo político e este acaba por participar da sua publicização, o campo político também pauta a mídia, pois é o que impõe a concepção da política e que o campo jornalístico tende a seguir.

Em outras palavras, as fontes se apresentam suficientemente legítimas aos olhos dos jornalistas dependendo de sua posição dentro do campo político. Por isso, este campo é a referência principal do campo jornalístico. Alsina explica que “el periodista que tiene necesidad de recontextualizar rápidamente el acontecimiento excepcional tiende a privilegiar las interpretaciones establecidas por el sistema político y esto le lleva a mezclar la relevancia pública del acontecimiento con la valoración establecida por el sistema político” (Alsina, 1989: 115-116).

Supomos que nem sempre o MST é uma fonte “marginal”, extremo oposto, talvez, da fonte “institucional”, característica que também aparece no seu modo de ser fonte jornalística. Diferentemente de meados dos anos 80, quando ser notícia era necessário para sua visibilidade pública e, portanto, para sua “existência social”, o MST se encontra hoje com um outro problema: ampliar o seu lugar de fala de fonte-protagonista de acontecimentos de “conflito” para também incluir-se como fonte-interpretadora dos acontecimentos, ou seja, para modificar o enquadramento. De acordo com Nelson Traquina (2000: 28), “aplicado no estudo das notícias, o enquadramento é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia”. Sendo quase totalmente implícitos, afirma o autor, os enquadramentos parecem ser “atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir” (Traquina, 2000: 29). Todd Gitlin (1980: 3-4) explica que, para os meios jornalísticos, uma boa estória (“good copy”) relativamente a um movimento é freqüentemente “gritaria”, a presença de um líder-celebridade certificado pela mídia, e um certo ajuste no enquadramento que os produtores de notícia construíram como “a estória”. Entretanto, tudo isto vai contra a intenção dos movimentos, nas palavras do autor: “these qualities of the image are no what movements intend to be their projects, their identities, their goals”.

Lançar mão de estratégias inovadoras para agendar a mídia *a seu modo* é um constante desafio. A interação do MST com o campo jornalístico se dá de forma conflituosa, acarretando momentos de “ruptura” com determinadas organizações noticiosas em que a fonte se recusa a falar, mesmo quando protagonista do acontecimento, como veremos adiante sobre o caso da destruição do horto agroflorestal da empresa Aracruz Celulose, no sul do Brasil. A seguir, propomos conhecer a sua visão sobre a mídia para então discutirmos as suas estratégias de agendamento.

## 2. A Visão do MST acerca da Mídia e suas Estratégias de Agendamento

Sabemos que a lógica dos movimentos sociais em relação ao campo midiático é dar visibilidade à causa que defendem e se comunicar com a sociedade. O MST conquistou espaço na mídia tornando-se referência na reivindicação da reforma agrária e também na reivindicação por cidadania. Contudo, a sua presença na mídia se dá de modo crítico.

Como um movimento que busca a transformação da estrutura social, considera a mídia como “adversária” no campo de forças, sendo situada no mesmo grupo dos latifundiários. Focando a sua análise política na conjuntura política internacional, o MST entende que “as fazendas do agronegócio representam a parcela da burguesia nacional que possui ativos na agricultura e que se aliou, ou melhor, que se subordinou ao capital estrangeiro representado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. Essas empresas não só têm participação no lucro obtido do comércio agrícola internacional e das agroindústrias, como mantém fortes laços econômicos e ideológicos com as empresas de comunicação de massas. Está em curso uma tríplice aliança entre os fazendeiros do agronegócio, as empresas transnacionais que controlam a agricultura e as empresas de comunicação (MST, 2006). É importante lembrar que, na avaliação do MST, o Governo do Presidente Lula da Silva não promoveu os avanços esperados e que tinham sido prometidos durante a campanha eleitoral de 2002.

A mídia é denominada de “imprensa burguesa” e é apontada como tendo um papel que dá apenas uma “ilusão de democracia”, funcionando como controle social. Um dos seus coordenadores, João Pedro Stédile afirma: “Tem muita gente que se ilude. Eu mesmo de vez em quando publico artigos na imprensa burguesa: Folha de São Paulo, O Globo. Mas isso não representa que a imprensa seja democrática ou que nós podemos nos iludir. Aqui no Brasil, talvez seja o país do mundo em que está mais claro como a burguesia usa os seus meios de comunicação. Primeiro lugar, eles usam para ganhar dinheiro. É apenas uma fonte de lucro. Em segundo lugar, a imprensa no Brasil é articulada de forma oligopólica pra controlar o que o povo deve assistir e ler. Em terceiro lugar, como dizia Gramsci, nos países periféricos a burguesia não usa partidos políticos institucionais pra fazer a luta ideológica. Os partidos institucionais servem apenas para ascensão a cargos públicos. A verdadeira luta ideológica nos países periféricos eles fazem através da imprensa” (Stédile, 2005).

A partir disso, Stédile faz a crítica ao discurso da imprensa que utiliza o verbo “invadir” para noticiar as ocupações de propriedades rurais pelo Movimento: “A imprensa burguesa sempre usa a palavra invasão. Porque invasão é classificada pelo código penal como esbulho possessório. Tomo um bem que é teu,

em proveito próprio. E o que nós fazemos chama-se ocupação. E o conceito para ocupação é quando você mobiliza um contingente de trabalhadores, homens, mulheres e crianças, ocupam uma área, para que o governo cumpra a lei. Nós não tomamos a propriedade de ninguém. Eles criaram esse senso comum de que o MST faz invasão, como forma de instigar” (Stédile, 2005).

Visto enquanto grupo empresarial, o campo midiático é situado como parte dos meios de sustentação e manutenção do poder. Stédile, entretanto, aponta para o caráter de espaço público da mídia, vislumbrando a sua dimensão de comunicação com a sociedade, reconhecendo a necessidade dos movimentos sociais e da esquerda brasileira de aprenderem a lidar com rádio, TV, e também com o que chama de “pedagogia das massas”: “A melhor forma de você se comunicar com as massas é fazer formas de lutas e fatos que levam a massa a entender a luta de classes. Então vou dar um exemplo. Recentemente, ficamos cinco anos tentando fazer o debate sobre a transposição do Rio São Francisco. Publicamos no jornalzinho, na CPT (Comissão Pastoral da Terra), e ninguém leu. Bastou um bispo resolver fazer oito dias de greve de fome, aí pronto! O debate aflorou, todo mundo quis saber o que era. Isto é pedagogia de massas. Então, no tema do Rio São Francisco, quem foi o maior comunicador de massas? O bispo Dom Luiz Flávio Cappi. Ele pode não entender nada de comunicação, mas fez a melhor comunicação para o povo brasileiro. É isto que a esquerda tem que aprender a dominar. Formas de comunicar com as massas” (Stédile, 2005).

A questão acima mostra claramente o quanto a política está imbricada com a mídia. Trata-se de reconhecer as gramáticas de produção do campo midiático interferindo na ação política. Antonio Albino Rubim (2000: 29) denomina de “Idade Mídia” a sociedade contemporânea por esta ser estruturada e ambientada pela comunicação. O regime de visibilidade pública demanda, portanto, uma ação midiática. Patrick Champagne se refere a “manifestações midiáticas”, que são: “[...] manifestações de um novo tipo que visam também agir sobre a ‘opinião pública’ [...]. Há muito tempo sabíamos que as manifestações eram feitas, de alguma forma, “pela” imprensa; o que é novo é vermos a multiplicação de manifestações que são explicitamente concebidas “para” a mídia, isto é, ações que, em última análise, não existiriam sem a mídia” (Champagne, 1996: 191).

A definição de Champagne é bastante clara. Ao afirmar que tais ações não existiriam sem a mídia, entendemos que a possibilidade de produzirem efeitos políticos depende das leis ou da gramática de produção midiática. Como as discussões políticas são atravessadas pela lógica da midiatização, certamente as disputas que aí ocorrem provocarão efeitos. Se é verdade que as manifestações midiáticas ocorrem somente em função da existência da mídia, é também verdade que as estratégias e táticas desenvolvidas pelo campo político também estão subsumidas pelo campo midiático. Fausto Neto lembra que o regime de

mediatização “atualiza sua condição de guardião do contato do discurso político face à sociedade” (2003: 13). A ação midiática só é possível pelo contexto atual da sociedade mediatizada e, em decorrência, da política mediatizada.

Jean Charron lembra que o agendamento midiático ocorre como um jogo de estratégias e de táticas no qual é preciso compreender o modo como os jogadores o jogam, ou seja, o processo de manejo do poder na era da comunicação de massa. O conceito de jogo significa considerar a “ação dos jogadores desde um ponto de vista duplo: o das restrições, as estruturas, os ‘determinismos’ que limitam o campo do possível, por um lado, e por outro, o ponto de vista da liberdade, do jogo dos atores nas estruturas, um jogo fundado no cálculo e no interesse” (Charron, 1998: 88).

O jogo é restritivo, possui um conjunto de regras dentro do qual os agentes desenvolvem estratégias e táticas, e por isso, no jogo não pode ocorrer qualquer coisa, nem também se pode prever o que vai ocorrer. Ao mesmo tempo em que o MST estrutura a agenda midiática, também sofre os efeitos de sentido na sua agenda. Nas palavras de Traquina (2000: 24), “os próprios acontecimentos podem intervir no processo de agendamento a todos os níveis, bem como nas ações de outros agentes sociais”. O agendamento é, assim, um espaço de conflito.

Daí que avaliar a cobertura jornalística é uma preocupação constante do Movimento que procura entender os efeitos de sentido da publicização bem como a posição dos participantes do jogo midiático. Um dos diretores do MST, Miguel Stédile, explica que entre as tarefas dos assessores de imprensa está a de avaliar o comportamento da mídia para poder atuar: “quais são os meios de comunicação, ah, o jornal X tem uma sistemática de ataque ao Movimento, tem essa visão, olha, o jornal Y não tem essa sistemática então aqui pode ser que caia uma matéria sobre educação no MST, sobre saúde no MST, que talvez tenha interesse. Isso exige esse monitoramento, sistematização” (Stédile, 2006).

Visando a obter uma imagem favorável e ampliar o seu lugar de fala, diversas são as estratégias utilizadas. Dentre estas, estão: realizar atos que apresentem um elemento novo (ou buscar constantemente surpreender a mídia); irritar e/ou agradar o governo; preterir algumas organizações jornalísticas a outras; entrar no calendário jornalístico; desenvolver uma espécie de militância junto aos jornalistas, entre outras.

O correspondente da Folha de São Paulo no estado do Paraná, José Maschio, afirma que “às vezes, o MST quer apoio incondicional do jornalista”. Isso demonstra o ideal do MST acerca do papel social que o campo midiático deveria ter: o de mobilização social. O jornalista comenta que os integrantes do MST “fazem uma restrição muito grande à mídia em geral. E é compreensível porque, como todo movimento popular no Brasil, são muito mal-tratados pela imprensa e, conseqüentemente, pela sociedade em geral. Além do mais, há proprietários

dos veículos de comunicação que também são latifundiários. No entanto o MST se utiliza da mídia melhor do que ela própria pensa” (MASCHIO, s/d).

Entrevistamos individualmente quatro dirigentes do MST e todos são unânimes em afirmar que a cobertura jornalística em geral não mostra a verdade dos fatos, manipula as informações intencionalmente para construir uma imagem de violência, de baderna, de criminalidade, atendendo aos interesses dos *patrões*. Um dos coordenadores do MST em Pernambuco, Alexandre Conceição explica: “É sempre no sentido de denegrir, mesmo quando a notícia, digamos que seja uma notícia verdadeira, dizendo que o Movimento quebrou uma cerca. Mas não se diz que aquela cerca que foi quebrada, existe um latifúndio improdutivo, existe toda uma história por trás. Diz só que o Movimento quebrou aquela cerca. A relação é muito dizer a meia verdade, escondendo a verdade dos fatos. Essa é a relação” (Conceição, 2005).

Orde García afirma que a visibilidade midiática influi na legitimidade dos movimentos sociais e suas reivindicações: “o maior acesso jornalístico constitui, em todo o caso, um primeiro passo de legitimação pública e política dos interesses dos coletivos sociais. O passo seguinte é obter uma representação positiva” (García, 2003: 22). Ao noticiar, a mídia elege os temas considerados de relevância e que se ampliam à medida de sua publicização. Este processo de atribuir legitimidade ocorre alheio ao seu controle. O depoimento do coordenador do MST no Rio Grande do Sul aponta para esse *ganho* da cobertura jornalística: “Tem esse efeito que para o movimento social é bom porque nós temos adotado muito a política de criar jornadas nacionais de luta, então à medida que a mídia que começa a divulgar: o Ceará está ocupando o Incra, São Paulo... Aí a Globo faz aquele mapinha e começa a botar as bandeirinhas, queira ou não isso dá uma sensação de luta nacional, de movimento social organizado nas principais regiões do país. Então eu acho que esse é um papel que a mídia tem de dar, de certa forma, até unidade nacional para os movimentos. Você saber o que está acontecendo em outros lugares” (Moraes, 2005).

A fala acima aponta para os efeitos de sentido da arte gráfica utilizada no telejornal para situar os protestos no país. Imanente a sua publicização, esta operação discursiva dá a idéia da existência de diversos protestos simultâneos, ao que o dirigente se refere como “luta nacional dos movimentos sociais”. O fazer jornalístico, como a única prática a quem compete divulgar a informação de atualidade, não pode ignorar tais protestos.

A ação do MST de realizar protestos em nível nacional, chamados de *jornada de lutas* parece indicar o quanto o saber midiático permeia a fonte. As ocupações, antes realizadas de forma isolada, agora são incrementadas com outra estratégia: a simultaneidade. Um elemento surpresa dos protestos é ocorrerem na mesma data e em várias partes do país, além de ser associado à característica já conhecida

desta fonte e que atribui representatividade, que é a grande quantidade de pessoas envolvidas nas ações, de acordo com a auto-definição de “movimento de massa”.

Isto não quer dizer que as ações de ocupações isoladas não rendam mais notícia, porém, esta forma de protesto aponta para um aspecto importante no modo do MST ser fonte: algo do regime da visibilidade já o constitui. Com a jornada de lutas, o Movimento impõe novas estratégias que acabam por demandar outras operações discursivas por parte da mídia, provocando a quebra do ciclo repetitivo das seqüências discursivas das notícias sobre ocupações, de que fala Christa Berger, que o denomina de “estética da repetição” (Berger, 1998: 147).

Para Berger, os títulos das notícias das ocupações, consideradas acontecimentos de rotina, possuem a mesma seqüência discursiva em que o primeiro ato é a invasão; o segundo, a negociação; e o terceiro, a desocupação. Nas palavras da autora: “Diferentes lugares (Cruz Alta, Palmeira das Missões, Sarandi, Não-me-Toque), mesma situação (acampamento, ocupação, ameaça, desocupação); diferentes indivíduos (nome, sobrenome, idade, filiação), mesmos sujeitos (colonos sem-terra); na Zero Hora, outro acontecimento, mesma informação; outra foto, mesma cena; outro título, mesmas palavras; outros nomes, mesmos sujeitos. Numa espécie de dialética/estética da repetição: da história das ocupações e do enunciado das invasões” (Berger, 1998: 147).

Os títulos demonstram assim uma mesmice quanto à captura de tais acontecimentos em que as operações discursivas, de tão repetitivas, acabam refletindo uma falta de impacto contra a qual o jornal lança mão de recursos visuais para impor um diferencial ou uma nova roupagem (Berger, 1998: 147). Esta estética da repetição é expressa de modo ilustrativo no jargão jornalístico. Os profissionais se referem a certas pautas como do tipo “preencha as lacunas”, principalmente aquelas de caráter policial (como prisão de assaltantes, entre outras). A expressão sugere uma pauta *menor*, como se o acontecimento estivesse *enquadrado* num texto de antemão e que o jornalista não teria muita possibilidade de inovar nem de mostrar sua competência, pois há “um modelo a seguir”. Observamos uma ação pró-ativa do MST para quebrar o ciclo da repetição, promovendo, assim, um eterno retorno ao caráter de impacto e, portanto, de noticiável. Antes que caia no desinteresse, o Movimento se antecipa, manejando diversas estratégias de visibilidade pública que são capturadas pelo campo jornalístico. As ocupações, que são a primeira forma de pressão do MST para reivindicar a reforma agrária e que deu visibilidade ao Movimento ainda na década de 80, são estratégias que, dependendo de diversos fatores relacionados, ainda entram na pauta jornalística.

Mesmo em desvantagem nas representações que a mídia constrói acerca do MST, os dirigentes consideram importantes os efeitos de sentido da sua

publicização e por isso desenvolvem estratégias para pôr limite ao tratamento que o Movimento recebe da mídia, procurando sair do lugar de fala de fonte protagonista para se impor como fonte interpretadora, mesmo sendo ainda uma possibilidade pequena. No Rio Grande do Sul, o MST tem por decisão política não atender ao grupo midiático Rede Brasil Sul (RBS), proprietário da RBS TV, Jornal Zero Hora, Rádio Gaúcha e outras diversas emissoras de rádio espalhadas no sul do Brasil. A RBS TV é afiliada da TV Globo, retransmite a programação nacional e produz programas locais. Por considerar a sua cobertura altamente tendenciosa de forma a deturpar a sua imagem, o MST não atende às empresas deste grupo há três anos. O coordenador do MST no Rio Grande do Sul, Ivori de Moraes, explica que essa decisão se dá devido à orientação política do Grupo RBS em pré-julgar o Movimento pelas ações realizadas: “Historicamente sempre já tem uma visão predefinida e já nos condena antes mesmo de um juiz, de qualquer pessoa, delegado, de qualquer pessoa, autoridade da sociedade que está aí avaliar. Aquele meio de comunicação já investiga, julga, condena e já bota no outro dia na primeira capa que o sem-terra é isso, que faz isso, que faz aquilo” (Moraes, 2005).

Mesmo com esta decisão local do MST de não atender ao grupo RBS, constituindo-se num obstáculo às rotinas produtivas, as empresas jornalísticas não deixam de produzir matéria, pois o agendamento midiático acontece, agora, de modo quase independente do contato direto com a fonte. É a lógica própria de cada campo social: produzir aquilo que é sua competência e exclusividade. No campo jornalístico, como afirma Patrick Campagne (1998: 253) uma informação importante “é a que considera como tal o conjunto de órgãos de imprensa e que, ao mesmo tempo, é retomada pelos jornais mais importantes”. Por isso, a notícia dada por um determinado jornal ou canal de TV tende a ser transmitida também pelos outros meios.

Com aquela decisão, o objetivo do MST visa não dar crédito à instituição noticiosa de modo a deslegitimá-la. Essa estratégia é suavizada no discurso jornalístico, uma vez que as tensões geradas “nos bastidores” das notícias aparecem no texto de forma amena, disfarçadas pela estratégia discursiva do campo midiático ao publicar que “o MST não quis comentar o assunto”. Assim, a instituição noticiosa avisa que “cumpriu” com o seu papel, dissolvendo a tensão gerada com uma “lamentação” implícita: “nós demos espaço, eles que não quiseram, só temos a lamentar”.

Nas ações de protesto que ocorrem em ambientes públicos, nas ruas, os jornalistas do Grupo RBS gravam as imagens, tiram as fotografias, mas não são atendidos pelos dirigentes. Já em ambiente interno, o MST não permite o acesso àqueles. Em situações de ordem judicial de despejo, por exemplo, enquanto outras emissoras de televisão gravam imagens dentro do acampamento, a RBS

TV realiza a matéria do lado de fora, acompanhando o lado oficial, no caso, a polícia militar. O dirigente Ivori de Moraes explica que a decisão não é contra os jornalistas do Grupo, mas contra a empresa: “O que aconteceu assim é uma situação que a gente tem que estar conversando com os jornalistas, que a gente não está querendo impedir o trabalho dos jornalistas, que a gente respeita o trabalho do profissional, mas como a gente também faz parte de uma organização, o veículo que eles trabalham também faz parte de uma organização que é o grupo RBS, e que a gente respeita o jornalista, mas não tem acerto com a organização que eles fazem parte que é o grupo RBS. Então alguns deles relutam um pouco, ‘não, mas diz alguma coisa para eu não sair sem nada e tal’, mas a maior parte acaba se convencendo que não vai conseguir e alguns já não insistem mais também” (Moraes, 2005).

Entretanto, como dissemos anteriormente, como campo midiático, o Grupo RBS não deixa de produzir notícia. Devido a esse obstáculo de entrar no espaço interno do MST, a RBS TV lança mão da estratégia da câmera escondida, um recurso freqüentemente utilizado pelo jornalismo investigativo. Um caso paradigmático dessa tensão na relação entre MST e o Grupo RBS e das estratégias de ambos os lados, foi a cobertura da destruição do laboratório agroflorestal da empresa Aracruz Celulose, por um grupo de mulheres sem-terra, ocorrida na madrugada do dia 08 de março de 2006 – Dia Internacional da Mulher. Em praticamente todos os telejornais esta foi a *notícia do dia*. A única emissora de televisão que não possuía as imagens das mulheres no momento da ação de destruição do horto agroflorestal durante a madrugada foi a RBS TV, que apresentou a matéria apenas com as imagens do laboratório, já destruído, gravadas pela manhã.

A ação foi planejada de forma que garantisse a presença de jornalistas de várias instituições, com exceção da RBS TV. É uma estratégia da fonte propiciar informação exclusiva e, para garantir a presença da mídia na ação, o MST avisa apenas o local e o horário do encontro com os jornalistas sem informar qual é a ação, criando interesse por parte da imprensa com o fator suspense. A matéria abriu os telejornais locais Jornal do Almoço, RBS Notícias, e os telejornais nacionais Jornal Nacional (TV Globo) e Jornal da Band (TV Bandeirantes). As imagens do momento da destruição foram exaustivamente repetidas por dois ou três dias nas emissoras Bandeirantes, no SBT, e na TV Pampa, exceto na RBS TV (e, por consequência, na TV Globo) que precisou utilizar outras operações discursivas para abordar o assunto. O fato teve repercussão em toda a mídia brasileira, e na televisiva foi notícia durante uma semana, sintoma de grande repercussão.

No Jornal do Almoço (RBS TV), a chamada da matéria teve muita informação dita pela apresentadora, principalmente o ato da destruição que, por falta de

imagens, não poderia ter sido narrado “em off”. A reportagem tentou recuperar o ato com depoimentos dos funcionários (vigilantes e seguranças) da empresa Aracruz Celulose e com uma passagem do repórter no horto agroflorestal da empresa tendo que focar mais o resultado: as mudas destruídas, do que propriamente o momento da ação das mulheres.

Para impor sua liderança na cobertura desse fato e se recuperar do que se denomina, no jargão próprio, de furo jornalístico, a RBS TV produziu uma matéria com câmera escondida no acampamento das mulheres sem-terra que participaram da destruição do laboratório. Disfarçado de colono, o repórter Giovani Grizotti capturou uma conversa das mulheres relembando o ato. “Foi lindo de ver!”, é um das frases ditas pelas protagonistas e destacadas na abertura do telejornal RBS Notícias do dia 09 de março de 2006, em que falam com emoção do momento da destruição e contam como foi o planejamento da ação. Pela naturalidade com que falam sobre o fato, as imagens tiveram grande impacto no telejornal, sendo transmitidas pelo Jornal Nacional (TV Globo), e mesmo pela RBS novamente no dia seguinte, no Jornal do Almoço. O comentarista Lasier Martins faz um auto-elogio sugerindo a liderança do Grupo RBS diante da concorrência ao se referir à “reportagem corajosa de Giovani Grizotti que ontem entrou com sua câmera secreta no acampamento vestido de colono do MST”: “A RBS TV, a Rádio Gaúcha, o jornal Zero Hora **já avançaram bastante em dois dias no jornalismo investigativo**, sobre o caso inclusive com aquela entrada do repórter no acampamento das mulheres vândalas, descobrindo muita coisa, também já foram anotadas as placas dos ônibus. **Resta esperar agora a eficiência das autoridades**, da polícia e do Ministério Público numa resposta positiva que estão devendo à sociedade gaúcha **e sem muita perda de tempo**, senão nós teremos mais um grave caso mal resolvido e pior, incentivador de novos ataques” (Martins, 2006 – grifos nossos).

Na fala do comentarista, em tom de “guardião da ordem e do Direito”, o telejornal se julga competente jornalisticamente quase confundindo a sua produção noticiosa com a investigação policial porque “resta esperar agora a eficiência das autoridades [...] e sem muita perda de tempo”. Com isso, a RBS procurou superar a barreira da relação cortada pela fonte, numa ação estratégica para não ser expulso da competição pela rapidez e exclusividade da cobertura jornalística por não ter acesso à fonte.

A disputa ficou tão acirrada que no mesmo dia 10 de março de 2006 em que ocorreu o comentário de Lasier Martins no Jornal do Almoço, o telejornal concorrente SBT Rio Grande parabenizou a própria equipa e também as outras emissoras de televisão Bandeirantes, Record e Correio do Povo pela cobertura. A separação em dois grupos fica bastante clara neste comentário: de um lado a RBS TV, de outro, as demais emissoras. A apresentadora Cristiane Finger explicou

ao telespectador: “É importante deixar claro ao Presidente da Aracruz que o Rio Grande do Sul quer sim a empresa por aqui. Destacar também o trabalho da nossa cobertura em todo esse episódio lamentável. **Parabéns para toda equipe** de técnicos, produtores, editores, e reportagem, principalmente, a repórter Caroline Mello como você viu aí, que participou de tudo e que teve muita coragem. Também o cinegrafista Êmerson Santos. Outra questão importante: hoje **essas imagens** que nós temos mostrado para vocês, elas **são úteis para a polícia fazer a investigação**, apurar responsabilidades, provavelmente para a justiça poder responsabilizar estas pessoas e até mesmo para as autoridades tomarem providências no sentido de prevenir novos movimentos como este. **Trabalho que nós realizamos com orgulho e seriedade assim como nossos colegas da Band, da Record e do Correio do Povo. Qualquer outra polêmica, além disso, é simplesmente vaidade profissional**” (Finger, 2006 – grifos nossos).

A apresentadora também se refere à “coragem” das equipes. De que coragem está falando? Como iniciou o comentário com uma frase defensiva “é importante deixar claro...”, a apresentadora sugere sutilmente que se protege de uma provável acusação de compactuar com o ato do MST e enfatiza que “essas imagens [...] são úteis para a polícia fazer a investigação...”, como se estivesse se distanciando de uma possível responsabilização pela promoção do ato. Antes que isso possa vir à tona, o telejornal se antecipa evitando esta possibilidade, dada a necessidade da factibilidade jornalística. Assim, o elogio que faz às outras emissoras é também uma estratégia discursiva para marcar a posição de objetividade, como se dissesse: “não só nós vimos o fato, como também as outras emissoras”.

No dia 15 de março de 2006, o telejornal SBT Rio Grande iniciou com mais um comentário da apresentadora Cristiane Finger: “a difícil missão de informar. Ontem eu, como editora regional, e a repórter Caroline Melo fomos convidadas a comparecer ao Palácio da Polícia para cooperar nas investigações sobre o episódio da invasão do horto florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro. Um convite que atendemos prontamente [...]”. A apresentadora segue dizendo que foi questionada pela autoridade policial como havia recebido a informação do ato do MST, ao que respondeu que o sigilo da fonte é um direito do jornalista, previsto na Constituição. Destacou, entretanto, que ela e a repórter foram bem tratadas e que está à disposição da investigação.

Este caso mostra que as estratégias do MST para o agendamento midiático interferem na noticiabilidade, ainda que a cobertura jornalística não tenha produzido representações favoráveis. Patrick Champagne lembra que a violência física e a exasperação de grupos dominados voltam contra seus autores porque são, em geral, mal vistas pela maior parte dos jornalistas “que se tornam um obstáculo suplementar à tentativa feita por esses grupos para imporem seu ponto de vista” (Champagne, 1996: 224). A destruição do horto agroflorestal,

como ação estratégica midiaticizada para agendar o tema da monocultura do eucalipto na região, não surtiu o efeito esperado e o lugar de fala do MST permaneceu como protagonista de um “ato ilegal”.

## Conclusão

Podemos dizer que o agendamento midiático depende do campo de forças de cada momento. Se por um lado é difícil para a fonte MST ter o controle de sua imagem e ser o referente nos próprios termos, por outro, consegue participar da produção noticiosa provocando tensões até mesmo internamente ao próprio campo midiático. Especialmente no caso da cobertura jornalística da destruição do laboratório da Aracruz, verificamos alguns constrangimentos ocorridos no campo midiático que decorreram da ação midiática do MST.

Em primeiro lugar, aquela ação constrangeu organizações jornalísticas a darem explicações que, de alguma maneira os eximissem de qualquer responsabilização pelo ato, a exemplo da apresentadora Cristiane Finger que, durante a emissão do telejornal SBT Rio Grande, declarou que não tinha conhecimento de que ação se tratava ao liberar sua equipa para acompanhar os auto-carros dos integrantes do MST durante a madrugada. Diríamos que este constrangimento se concretizou com a intimação da jornalista para depor na polícia. E em segundo lugar, a ruptura do MST com o Grupo RBS parece ter acirrado a competição entre as organizações noticiosas, formando-se um bloco de “todos contra um”, em que a RBS TV trilhou um percurso independente da fonte buscando informação exclusiva através do jornalismo investigativo.

Patrick Champagne explica que os manifestantes procuram inventar variações imprevistas ou surpreendentes de protestos públicos, muitas vezes fora da legalidade, pois em política se procura sempre surpreender ou blefar o adversário. O modo de ação política, diz o autor, “está condenado a uma perpétua mudança de forma: com efeito, quanto mais se torna rotineiro e previsível, tanto menos consegue ser politicamente eficaz” (Champagne, 1996: 191).

O MST não quer simplesmente ser noticiado, mas produzir sentido. Não quer ser somente o objeto do enunciado, o referente, mas o sujeito da enunciação ou o referente nos próprios termos. Não quer ser meramente o assunto da notícia nem ser mediador de um tema em que acaso já esteja incluído; enfim, o Movimento quer ser o articulador desse assunto e participar da definição ou estruturação do discurso jornalístico. Modificar o enquadramento midiático exige da fonte criatividade e constante acompanhamento dos efeitos de sentido, de modo a capitalizar as oportunidades a seu favor e reverter as circunstâncias contra si.

Em cada um dos lados – MST e mídia – há um interesse próprio sobre as ações do outro. Sem deixar de fazer parte do seu campo original, o MST penetra

no campo midiático e ocupa um lugar de fonte de informação obrigando este a lhe conferir existência. E já que ocupa esse lugar, não o faz de modo passivo, pois visa não se submeter única e exclusivamente às lógicas do campo midiático impondo, também, os seus interesses através de uma ação pró-ativa. Esta ação se caracteriza por um saber midiático que atravessa a sua estrutura, pois a mídia já lhe permeia. O seu lugar de fala no discurso jornalístico é um jogo constante de estratégias e táticas e, como em toda luta social, há avanços e recuos. Como afirma Traquina (2000: 24), estudar o agendamento é encontrar indícios sobre a saúde de qualquer democracia. Por ocupar um lugar central dos discursos sociais na contemporaneidade, o campo jornalístico, ao mesmo tempo, produz e é produto, da disputa simbólica entre e com cada um dos campos sociais.

### Bibliografia

- Alsina, M. R. (1989), *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós.
- Amorim, J. (2005), Entrevista concedida à pesquisadora em 02 ago. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.
- Berger, C. (1998), *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed.UFRGS.
- Champagne, P. (1998), La doble dependencia: algunas sobre las relaciones entre los campos político, económico y periodístico, *in*: Gauthier, G., Gosselin, A. e Mouchon, J. (Orgs.). *Comunicación y política*. Barcelona: Gedisa, pp. 237-254.
- Champagne, P. (1996), *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes.
- Charron, J. (1998), Los medios y las fuentes: los límites del modelo de agenda-setting, *in*: Gauthier, G., Gosselin, A. e Mouchon, J. (Orgs.), *Comunicación y política*. Barcelona: Gedisa, pp. 72-94.
- Conceição, A. (2005), Entrevista concedida à pesquisadora em 27 jul. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.
- Fausto Neto, A. (2003), O deslocamento do boné. *Eco-Pós*, vol.6, n.º 1, pp.13-23.
- Finger, C. (2006). Comentário dito no telejornal SBT Rio Grande, da TV SBT, no dia 10 mar. 2006.
- García, D. C. (2003), Relações entre meios de comunicação e movimentos sociais. *Libero*, vol.6, n.º12, pp. 20-29.
- Gitlin, T. (1980), *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the New Left*. Berkeley, California: University of California Press.
- Guimarães, A. C. M. (2001), *Falas que destoam na mídia: a prática do MST e o embate cultural na "Folha de São Paulo"*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
- Hall, S. et al. (1999), A produção social das notícias: o mugging nos media, *in*: Traquina, N. (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, pp. 224-248.
- Martins, L. (2006), Comentário dito no telejornal Jornal do Almoço, da RBS TV, no dia 10 mar. 2006.

- Maschio, J. (s/d), José Maschio fala sobre o triângulo Imprensa X Governo X MST. Entrevista. Triálogos, Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina, s/d. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/trialogos/mst/MST10.htm>> Acesso em 29 set. 2005.
- Moraes, I. (2005), Entrevista concedida à pesquisadora em 10 nov. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.
- MST (2006), As perversidades do agronegócio para a Sociedade brasileira. *Letra viva*, vol. 4, n.º 109, edição especial.
- Rubim, A. A. C. (2000), *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores.
- Stédile, M. (2006). Entrevista concedida à pesquisadora em 05 jun. 2006 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.
- Stédile, J.P.S. (2005), Sociedade em crise. *Carta Capital*, vol. 12, n.º 360, pp. 28-33.
- Stédile, J. P. e Fernandes, B. M. (1999), *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Traquina, N. (1999), As notícias, in: Traquina, N. (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, pp.167-176.
- Traquina, N. (2000), *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.

